

DA CLASSIFICAÇÃO BIOLÓGICA À CLASSIFICAÇÃO DIGITAL: PERSPECTIVAS DE RENOVAÇÃO EM CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA¹

Thiago Henrique Bragato Barros

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista UNESP – Marília
E-mail: sean.vogel@gmail.com

João Batista Ernesto de Moraes

Professor do Departamento de Ciência da Informação - UNESP – Marília – São Paulo
E-mail: jota@marilia.unesp.br

Resumo: A classificação arquivística é uma das atividades mais fundamentais e mais difíceis de serem executadas na prática à medida que a área não possui parâmetros claros para sua execução. Sempre esteve atrelada, de algum modo, aos princípios de proveniência e ordem original. Durante seu percurso teórico, foi atrelada inicialmente a uma perspectiva naturalista e relacionada com as classificações biológicas do século XIX, e sua revisão a partir da década de 1950 com a criação dos planos de classificação estrutural e funcional, buscando aproximá-la da realidade administrativa das instituições e, na atualidade, as classificações baseadas no sistema de série e o vislumbre teórico de uma classificação por item. Nesse sentido, busca-se neste artigo traçar o percurso histórico e conceitual da classificação arquivística por meio da análise dos principais marcos teóricos do passado e da atualidade, especialmente os autores responsáveis pela enunciação e cristalização das noções de classificação. Busca-se, ainda, a construção de um panorama teórico dos autores que, na atualidade, buscam redefinir e rearranjar teoricamente os conceitos e práticas relacionados a essa atividade. Sinalizando no horizonte teórico-prático da disciplina as novas abordagens em classificação.

Palavras-chave: Classificação. Análise Funcional. Sistema de Série. Classificação por Item.



¹ Gostaria de agradecer a Tom Nesmith e Greg Bak, pelo auxílio e apoio durante a elaboração deste artigo e outros trabalhos durante o período que fiquei como *research scholar* no programa de Archival Studies da University of Manitoba e CAPES, processo 0807-12-5 PDSE, pelo apoio financeiro.

1 INTRODUÇÃO

A classificação arquivística é uma atividade limite e fundamental para a organização dos acervos custodiados em arquivos e esteve atrelada, durante seu estágio inicial, à organização dos arquivos em fundos que refletiam de modo rudimentar a estrutura do órgão produtor de documentos.

A problemática que acompanha essa concepção desenvolveu-se durante o século XIX até a metade do século XX, e confirma-se com a análise de textos do período tradicionalmente referenciados como textos fundadores da teoria arquivística, como o *Manual dos Arquivistas Holandeses*, e o manual de Hillary Jenkinson, de 1922, podendo ser considerado uma atualização e uma reconsideração a respeito do livro de Feith, Muller e Furin. Agregam-se a esse arcabouço conceitual alguns dos artigos de Jenkinson, posteriores das décadas de 1930 e 1940.

A compreensão e o uso das noções atreladas à classificação arquivística, até este momento, sempre estiveram relacionadas a uma busca por sistemas "perfeitos" e "naturais" na medida em que a organização, produção e custódia dos documentos estão relacionadas a uma necessidade "natural" das organizações de produzirem documentos, possuindo uma relação direta com o desenvolvimento das classificações biológicas do século XIX².

É evidente que esta assertiva encontra-se equivocada na medida em que não existe um sistema de classificação natural, todos os sistemas, inclusive aqueles que se predispõem como naturais, foram estabelecidos pela percepção e compreensão humana, ou seja, não existe um sistema de classificação *a priori*, todas as classificações são fruto de um percurso construído socialmente, debatido e refutado nas esferas institucionais que se relacionam, quer sejam estruturais, funcionais, por assunto ou codificados.

² Para maiores informações ver em: BROTHMAN, B. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation, *Archivaria* v. 61, Spring, 2006, p. 235-269.

Contudo, esta perspectiva, majoritariamente positiva e naturalista, começa a se modificar com a publicação do artigo *European Archival Practices in Arranging Records*, publicado em 1939 por Theodore R. Schellenberg. No referido texto, o autor busca fazer uma revisão do que foi pensando até então na Europa a respeito do tema, buscando os possíveis reflexos desta atividade na prática americana.

A classificação começa num longo processo de amadurecimento e reconfiguração, baseando-se nas funções organizacionais, proveniência e avaliação documental.

Contudo, começam a surgir nos últimos 20 anos algumas respostas possíveis ao fenômeno classificatório do documento digital e das novas relações entre as pessoas e os documentos. Trata-se da descrição, avaliação e classificação no nível do item documental e também os esquemas de classificação baseados em séries.

Nesse sentido, busca-se neste artigo traçar o percurso histórico e conceitual da classificação arquivística por meio da análise de marcos teóricos do passado e da contemporaneidade, especialmente dos autores responsáveis pela enunciação e cristalização da noção de classificação, e os princípios atrelados à concepção de classificações, ou seja, a proveniência e ordem original.

Busca-se, também, a construção de um panorama teórico dos autores que na atualidade buscam redefinir e rearranjar teoricamente os conceitos e práticas relacionados a essa atividade.

Portanto, este trabalho fixa-se no aporte conceitual da classificação, uma vez que a área da arquivologia carece de sistematizações a respeito de sua história e teoria.

Assim, discussões de ordem teórica são fundamentais para o amadurecimento da disciplina, visando a suprir lacunas históricas e epistemológicas já que, na realidade teórica brasileira, estudos como esse são fundamentais para o amadurecimento da teoria e da prática no país.

É necessário destacar que atualmente a área passa por profunda transformação em seu campo teórico, devido a

publicações de uma série de autores das correntes anglo-saxônicas que aproximam a arquivística dos métodos de compreensão e estudo próprio das ciências humanas, como Terry Cook, Brien Brothman e Tom Nesmith; os que buscam circunscrever o campo de atuação da disciplina, como Carol Couture e Jean-Yves Rousseau; relacionados com o que pode ser chamado de "funcionalização da arquivologia" parafraseando, Bak (2012) têm-se os trabalhos de Laura Millar e Chris Hurley; e autores que estabelecem um contraponto com a análise funcional e buscam ampliar o *frame* em direção à classificação por item e multifacetada, como Greg Bak.

Portanto, pretende-se, com este artigo, além do apresentar um percurso histórico da noção de classificação e seus princípios relacionados, discutir os caminhos desta função na teoria arquivística até aqui.

2 FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA CLASSIFICAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO BIOLÓGICA

A classificação-arranjo enquanto atividade irá iniciar seu percurso a partir do princípio de *respect des fonds*, estabelecido em 1841, nos Arquivos Nacionais Franceses modificando a estrutura de organização dos documentos arquivísticos por completo, sobrepondo às características administrativas estruturais da instituição produtora de documentos a uma classificação temática que, para os arquivistas desse período, traria problemas à organização devido à quantidade e às características constituintes dos documentos medievais e do regime anterior à revolução francesa.

Essa percepção, ainda que calcada em uma classificação biológica e "natural" dos arquivos, foi fundamental para a racionalização dos documentos produzidos no período napoleônico na França.

Soma-se ao modelo francês, não de maneira traquila, os procedimentos administrativos da Prússia que reuniam:

[...] todos os papéis, independente do seu estado de transmissão, forma ou valor, relacionado ao mesmo assunto, ou a uma atividade ou procedimento serão colocados em unidades lógicas – ‘dossiês’ ou processos – que serão reunidos organicamente ou em sua homogeneidade. (FOSCARINI, 2006, p. 189, tradução nossa)

Apesar de estabelecer uma ordem original de maneira "artificial", em oposição à naturalidade do fundo, caracterizava-se como uma medida complementar.

No início do século XX, a classificação dá um pequeno salto com as reconsiderações a respeito do tema publicadas por Hillary Jenkinson em 1922. Para o autor, a classificação é dividida em duas partes "a primeira estuda a administração da instituição, sua história e organização; a segunda divide os arquivos em classes e suas subdivisões (JENKINSON, 1922, p. 81, tradução nossa)".

Essa aceção apresenta um salto em relação ao estabelecido no manual de Muller, Faith e Fruin que arranja os documentos apenas por fundo. Jenkinson é o primeiro a estabelecer a classificação como uma atividade dividida em fases e que o estudo do contexto dos documentos é fundamental para a construção de um esquema classificatório.

Para o autor, no que diz respeito à primeira fase, a partir do estudo do órgão produtor dos documentos, é possível estabelecer o contexto com a leitura e estudo dos próprios documentos e, na segunda fase, perceber a relação que existe entre eles, visando à construção da ordem original.

Portanto, como no livro de Feith, Muller e Fruin, a ordem original e a proveniência são base constituinte do processo classificatório:

Se pela história e evolução da transmissão dos arquivos fomos capazes de compreender qualquer coisa, nós devemos deixar claro que a **única base correta** para o arranjo é a exposição dos objetos administrativos que o arquivo originalmente serviu. (JENKINSON, 1922, p. 80, tradução e grifo nossos)

Assim, a perspectiva em classificação é bastante restritiva, estabelecendo e definindo os arquivos nos seguintes termos: "Eles [os arquivos] vieram juntos e alcançaram seu arranjo final, por um processo natural: é um crescimento, como de um organismo ou como uma árvore ou um animal (JENKINSON, 1980, p. 238, tradução nossa)".

A maneira pela qual o autor compreendia a classificação está bastante relacionada àquela promulgada no manual holandês, uma vez que, teve contato com a tradução francesa do livro.

O autor dá a mesma importância para os conceitos de ordem original e respeito aos fundos, mas com a diferença do emprego do termo proveniência para significar a mesma coisa.

"O fundo é o chefe da unidade de arquivo no sistema Continental, é a base de todas as regras de classificação. O mais importante de todos os princípios da Organização de Arquivos é nomeado como *le respect pour les fonds*." (JENKINSON 1922, p. 82, tradução nossa)

Jenkinson cria uma nova designação (e uma nova confusão terminológica)³ para o conjunto dos documentos de arquivo. Estabelecendo um contraponto em relação ao conceito de fundo estabelecido pelos arquivistas franceses, trata-se do grupo de arquivo.

O grupo de arquivo é definido como os arquivos resultantes do trabalho de uma administração **que foi um todo orgânico, completo em si mesmo, capaz de ser lidado independentemente.** (JENKINSON, 1922, p. 85, tradução e grifo nosso)

Conforme o exposto a respeito da noção de grupo "grupo", ela ora pode ser entendida como equivalente ao fundo, ora entendida com uma subclasse relacionada a um determinado

³ Ver em: SCOTT, P. The record group concept: a case for abandonment. *American Archivist*, v. 29, n. 4, p. 493-504, 1966.

fundo, que devido a sua quantidade de documentos e relações departamentais, irá possuir agências, seções etc. que, baseado no critério do arquivista, pode nomear esta classe como um grupo relacionado a um determinado fundo.

O grupo acaba por desvincular ou relacionar de maneira errada uma determinada série dentro de um sistema de classificação, por exemplo, um processo de compra de materiais de consumo.

Inicialmente esse processo era responsabilidade de uma seção de finanças, por conta do crescimento da instituição e uma necessidade cada vez maior de compra de materiais, a administração resolve criar uma seção específica só para desenvolver essa atividade.

Se pensarmos sob a ótica classificatória de Jenkinson, iremos desvincular esse conjunto documental e dividi-lo em dois grupos distintos, uma vez que, um novo grupo deverá ser formado. Eliminando toda ordem original relacionada a essa série, na medida em que não foi a atividade que se modificou, mas a estrutura administrativa.

Outro ponto fundamental a ser destacado é que, a partir da obra de Jenkinson, inicia-se um longo processo de "naturalização" da classificação arquivística, a função é a partir de sua concepção compreendida como mecânica e natural relacionada à própria dinâmica da criação de documentos.

A classificação, enquanto teoria, desenvolve-se de maneira plena a partir da década de 1950-1960 com as publicações de Theodore R. Schellenberg, Oliver W. Holmes, Ernest Posner, Petter Scott, dentre outros arquivistas e pesquisadores dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos e da Austrália.

Ao mesmo tempo em que a disciplina avança de maneira profunda, a partir da década de 1950, ocorre uma ruptura que irá perpetuar-se ao longo das décadas até a atualidade.

Trata-se da separação de certas atividades e conceitos determinados pela fase em que os documentos se encontram.

Uma das instituições responsáveis por esse acontecimento é o Arquivo Nacional Americano, centralizado na figura de

Theodore R. Schellenberg, que difundiu e popularizou seus métodos, separando a *classificação* como uma atividade típica de arquivos ativos o *arranjo* aos arquivos permanentes, dando início de uma ruptura sistemática na disciplina.

Observe-se que anteriormente não existia uma diferença entre essas funções, e o uso mais corrente era do termo *arranjo* para designar coisas que, para a arquivística americana, depois de década de 1950, são diferentes.

Eastwood faz uma ponderação fundamental a respeito desse problema terminológico-conceitual:

A escolha da palavra “arranjo” como nome deste processo é infeliz. Denota colocar coisas de um modo aceitável, em uma ordem conveniente, e como arranjar livros em uma prateleira. A palavra *classificação* não é mais satisfatória, neste caso denota o arranjo ou a ordenação de coisas por classes e é um termo melhor reservado na arquivística para o processo de organizar documentos ativos. (EASTWOOD, 2000, p. 93, tradução nossa)

A partir dessa citação é possível perceber a quantidade de problemas terminológicos e conceituais que foram criados a partir da década de 1950.

Contudo, na atualidade, é possível encontrar autores que colocam o *arranjo* e a *classificação* como sinônimos ou como coisas diferentes dependendo da tradição de atuação acadêmica e profissional.

Essa separação acontece porque se inicia um processo de divisão entre as funções típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais, principalmente nos Estados Unidos. A *classificação* estaria, para Schellenberg, relacionada com os arquivos administrativos e o *arranjo*, com os arquivos históricos.

Dentre outras mudanças ocorridas pela especialização e divisão dos arquivos em fases, houve a criação de planos de *classificação* funcionais. Assim, a *classificação* deverá refletir o

conjunto de atividades e não mais apenas a estrutura do órgão, como se pode perceber na seguinte aceção:

Na criação de um esquema de classificação para documentos oficiais, então, a função, tomada no sentido anteriormente definido, deve ser levada em consideração, dividindo-se os documentos sucessivamente em classes e subclasses. As maiores classes ou classes principais podem ser criadas tomando-se por base as maiores funções do órgão; as classes secundárias, as atividades e as classes mais detalhadas compreendem uma ou mais unidades de arquivamento, criadas em função de atos relativos a pessoas, entidades, lugares ou assuntos. (SCHELLENBERG, 2003, p. 58, tradução nossa)

A classificação, moldada nesses parâmetros, é utilizada até a atualidade, por refletir as características que muitas vezes não podem ser encontradas nos estudos da estrutura de uma instituição, dando ao plano de classificação uma característica gerencial não só para as funções de organização e acesso aos arquivos, mas à própria instituição criadora dos documentos.

Schellenberg (2003) esclarece que, nesse momento, a produção de documentos e a complexidade das instituições é tão grande que só é possível o uso de um esquema de classificação unicamente estrutural se a administração for estável, caso contrário, o esquema de classificação não iria representar a prática administrativa, dificultando a avaliação e destinação dos documentos, bem como sua organização.

A cisão conceitual e profissional que se inicia na década de 1950 gera uma série de dificuldades para separar a *classificação* e o *arranjo*.

Para Schellenberg são ações distintas, uma relacionada com uma única agência governamental e funcionando como um parâmetro de organização gerencial visando auxiliar a administração – a *classificação*. Já o arranjo é uma função relacionada com os arquivos semiativos e inativos, que provêm de uma série de agências formando grandes grupos de arquivos e é

regido pelos princípios da proveniência e ordem original.

O arquivista não está apenas preocupado como o arranjo de documentos de uma agência articular, como um *record officer*. Ele está preocupado em arranjar todos os documentos sob sua custódia, que podem pertencer a muitas agências, muitas subdivisões administrativas, e muita documentação pessoal. Ele arranja seus documentos para uso corrente e não corrente; e ele os arranja com certos princípios básicos, não de acordo com princípios de classificação predeterminados ou formulários. (SCHELLENBERG, 2003, p. 169, tradução nossa)

É possível, então, perceber a diferença entre a classificação e o arranjo na obra de Schellenberg: a classificação é gerencial e localizada, já o arranjo é geral e seu objeto final é o uso social e seu princípio norteador não são as atividades e funções administrativas, mas a relação que os documentos possuem entre si.

Sobre as classes utilizadas no plano de classificação, foram definidas três classes básicas: fundo, grupo e série.

Até meados da década de 1960, o desenvolvimento da classificação e da arquivística é fruto em menor ou maior grau desse conjunto de autores e suas respectivas reflexões; é baseando-se nesse arcabouço que será (ou não) construído uma corrente de pensamento.

A área passa, a partir da década de 1960, por mudanças e ramificações de suas teorias das mais variadas formas e em uma série de países.

Nesse sentido, buscou-se tipificar o desenvolvimento da classificação especialmente no Canadá e na Austrália que são, na atualidade, os países responsáveis não só pelas frentes de pesquisa em classificação, mas também pela aplicação destas novas metodologias em seus arquivos, como avaliação, descrição por série e a análise funcional. Essas duas tradições vêm, desde a década de 1960, buscando novos rumos e maneiras de compreender e aplicar os princípios arquivísticos, devido em

grande parte às condições financeiras favoráveis de seus arquivos e do ensino e institucionalização da teoria arquivística nas universidades.

3 A CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA BASEADA NAS FUNÇÕES: A PANACEIA ARQUIVÍSTICA

A classificação por funções é hoje, ao mesmo tempo, o trunfo e o simulacro da arquivística, no sentido de que para alguns autores é por esse olhar que se define a atividade como, por exemplo, para Shepherd and Yeo (2003, tradução nossa): "Esquemas de classificação são baseados na análise das funções, processos e atividades"⁴. Essa citação apoia a afirmação anterior, uma vez que, o processo de construção do plano de classificação está atrelado à análise das funções, ou seja, na literatura de *records management*, quando se diz classificação, subentende-se a decomposição das funções por meio de uma análise. Também encontramos o mesmo tipo de definição na norma ISO 15489-1 (2001, tradução nossa), que estabelece parâmetros gerais para a gestão de documentos, e define: "Sistemas de classificação refletem as atividades da organização de que são derivados e normalmente são baseados na análise das atividades do negócio".

A classificação por funções foi parte de um movimento muito profundo de mudança na teoria arquivística devido às padronizações administrativas e o desenvolvimento da burocracia moderna, a partir do final de Segunda Guerra Mundial, levando a uma racionalização e ao mesmo tempo, a um aumento exponencial da complexidade de produção e uso dos documentos jurídico-administrativos.

A classificação funcional foi, a partir da década de 1960, uma das respostas da disciplina para as mudanças ocorridas na administração contemporânea.

⁴ O mesmo tipo de percepção a respeito da classificação pode ser encontrado, por exemplo, em: HEREDIA, A. H. **Archivística General**: teoría y práctica. 7ª ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1995. DURANTI, L. at all. **Preservation of the integrity of electronic records**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2002.

Essa observação baseia-se no estudo da própria biografia dos grandes responsáveis por seu aparecimento. No Canadá, o arquivista, bibliotecário e historiador W. K. Lamb, nos Estados Unidos, o historiador e arquivista Ernest Posner e Theodore R. Schellenberg irão, em algum momento de suas carreiras, buscar aproximar seus estudos das teorias e práticas criadas pela administração, relacionadas à gestão e administração de modo geral, que servirão de base para análise funcional.

Paul Sabourin foi, durante nos anos 1990, um dos grandes defensores da classificação funcional, na seguinte conformidade:

A função é (1) qualquer propósito de alto nível, responsabilidade, tarefa ou atividade que é endereçada a uma agenda de planejamento de uma instituição por legislação, política ou comitê; (2) tipicamente funções comuns administrativas ou operacionais relacionadas ao desenvolvimento de programas ou entrega de bens e serviços (3) um conjunto de séries de atividades (de maneira geral, um processo de negócio) que ocorre de acordo com uma sequência descrita, que resulta em uma instituição ou indivíduo produzindo o resultado esperado em bens ou serviços no que foi planejado ou delegado a fazer. (SABOURIN, 2001, p. 144, tradução nossa)

O termo "função", para o autor, pode ser compreendido baseando-se em uma relação entre os três ou apenas um, de acordo com o propósito em que ele é usado. Contudo, não é a definição que foi utilizada na prática na elaboração do BASCS (*Business Activity Structure Classification System*), sistema de classificação utilizado pelo governo canadense, que acaba descrevendo as funções como um processo e cada processo como uma fórmula mecânica e sequencial que pode ser fixada passo a passo.

Contudo, na realidade, a classificação por funções é um dos tipos possíveis de classificação entre muitos outros. No passado, e ainda no presente da disciplina, é possível encontrar sistemas de classificação por assunto ou por estrutura: muitos dos sistemas

que se dizem estabelecidos como funcionais em uma análise mais profunda são apenas um reflexo da estrutura interna de um órgão.

O que ocorre muitas vezes é um descompasso entre o que é fundamentado na teoria e realizado na prática, existe um embate latente entre elas, e é necessária uma inter-relação entre ambas que são totalmente complementares. De tal modo que, nos países responsáveis pela enunciação⁵ da classificação funcional, durante as décadas de 1960-1970 só irão começar efetivamente a implantá-la a partir da década de 1980, enquanto uma política bem desenvolvida.

Nesse sentido, é possível dizer que o consenso na área sobre os procedimentos de análise funcional é a falta de uma metodologia definida, por exemplo, ORR (2005, p. 111, tradução nossa) observa: "Não existe um modelo comum de classificação baseada nas funções, quer seja no número de elementos ou nos níveis ou na nomeação das classes". Outros autores como Cris Hurley, um dos grandes pesquisadores em classificação na atualidade acrescenta que: "Ainda pouco foi escrito sobre a ciência e metodologia da análise funcional" (1993, p. 112, tradução nossa).

Existe uma problemática fundamental na classificação funcional, relacionada ao entendimento atual da arquivística enquanto abordagem metodológica à organização de documentos. A análise por função é colocada como uma maneira fundamental para a compreensão e organização de documentos arquivísticos, ou seja, não só a classificação está calcada nela, mas a própria descrição e avaliação baseiam-se na decomposição da administração em funções e atividades.

Na medida em que autores como Eastwood (1994) e Duranti (1997) defendem que só os documentos em conjunto são registros e provas das atividades exercidas por uma instituição, ou seja, qualquer documento que não estiver organizado por sua função estabelecendo uma relação com sua proveniência e sua ordem original não pode ser compreendido como documento de arquivo, restringindo não só a teoria, mas as implicações práticas

⁵ A saber: Estados Unidos, Canadá e Austrália.

da arquivística como um todo.

O que não se pode negar é que a classificação por funções apresenta-se como um avanço em relação àquela estabelecida por estruturas, mas seu grande desafio enquanto método é estabelecer-se como tal, o que na verdade é o desafio das áreas relacionadas à Ciência da Informação e Documentação.

A dificuldade de estabelecer um método claro corre devido não só à complexidade, mas à maneira pela qual as pessoas se relacionam com os documentos de modo geral, muitas vezes tendo pouca ou nenhuma relação com a sua decomposição por funções.

Nesse sentido, a contribuição de Schellenberg para a classificação funcional-estrutural, pragmática em sua essência, torna-se mais fundamental e esclarece seu papel na teoria arquivística.

De modo que o autor não busca tipificar ou esquematizar o que pode ser compreendido como documentos de arquivo ou da necessidade de um fundo ser orgânico em si mesmo, mas que a classificação funcional facilita o acesso e a avaliação dos documentos.

Esse é o papel fundamental da classificação arquivística, facilitar o acesso e contribuir para a difícil atividade de avaliação.

A compreensão fundamentalmente pragmática da classificação de Schellenberg auxiliou a criação da teoria de macroavaliação⁶, sendo hoje aplicada em uma série de países na América do Norte e Europa.

A macroavaliação ajuda a compreender as grandes deficiências de um sistema de classificação por funções, especialmente quando se busca estabelecer parâmetros de avaliação por funções em uma massa documental que foi

⁶ De acordo com Cook (2001, p. 30, tradução nossa): O modelo de macroavaliação foi desenvolvido primeiramente para avaliar os documentos do governo canadense, por exemplo, encontrar sanções para determinar o valor do que pode ser destruído e o que permanece, não em como configura o estado, como é tradicionalmente feito, ou em seguir as últimas tendências da pesquisa histórica, como mais recentemente, mas buscar refletir valores da sociedade por meio da análise funcional das interações entre o estado e o cidadão.

organizada por assuntos em tempos anteriores à análise funcional.

Catherine Bailey (1997) e Greg Bak (2012) descrevem os problemas que foram encontrados durante o início do processo de Avaliação na *Library and Archives Canada* (LAC) que, assim como na realidade americana, muitos documentos estavam – e ainda estão, organizados por assuntos, dificultando o uso de um método de avaliação fundamentado no estudo das funções, o trabalho de decomposição dos "assuntos", e a reinvenção funcional provou-se não só trabalhosa, mas esterilizante da aplicação do método preconizado pela macroavaliação.

No mesmo período de aplicação da macroavaliação nos Arquivos Nacionais Canadenses, em meados da década de 1990, devido às dificuldades encontradas na realização da avaliação, a instituição buscou esquematizar metodologicamente como os departamentos deveriam utilizar a classificação funcional em seus documentos, com a criação do sistema BASCS. É possível encontrar a listagem dos seguintes benefícios com a aplicação do sistema:

Os benefícios da classificação funcional para a gestão da informação, administradores, especialistas em informação e usuários:

- permite que a instituição demonstre as relações entre as atividades empresariais e as provas dessas atividades de forma aberta e responsável;
- estabelece ligações entre registros individuais que se combinam para proporcionar um registro contínuo da atividade institucional;
- permite a identificação de registros ao longo do tempo, garantindo registros que são mapeados de forma consistente para atividades institucionais;
- auxilia os usuários a navegar a partir de termos co-relacionados com a busca.
- faz recuperação de informação de modo mais eficaz;
- determina proteção e níveis de acesso, ou permissões para utilização, apropriados para conjuntos específicos de documentos;
- auxilia no gerenciamento de períodos de retenção e atividades de disposição de documentos;

- transforma a informação em ativos reais, fornecendo a infraestrutura adequada para as pessoas encontrarem informações que os ajude a fazer o seu trabalho;
- permite melhores decisões do dia a dia em cada departamento, fornecendo sistemas aperfeiçoados de gestão da informação;
- reduz os custos relacionados com a duplicação desnecessária e armazenamento de registros;
- elimina a necessidade de redesenhar sistemas de classificação que são baseados em estruturas de organização, introduzindo uma abordagem mais estável, o BASCS;
- torna mais fácil decidir quanto tempo para manter ou destruir documentos;
- capacidade de encontrar informações úteis para apoiar o seu trabalho;
- torna mais fácil classificar os registros no ponto de criação, contribuindo para o a formação de pontos de acesso.
- recupera informações de maneira mais eficiente;
- facilita o compartilhamento de informações dentro de grupos de trabalho e por meio do governo do Canadá;
- facilita o acesso a ferramentas, modelos e melhores práticas de outros especialistas dentro de suas comunidades funcionais;
- melhor controle sobre os seus documentos;
- permite aos usuários manter registros apenas enquanto eles são obrigados, a partir de um negócio ou ponto de vista legal;
- permite que cada funcionário ser contactado a partir dos gerenciamento de registros ao longo do ciclo de vida(adaptado de Library and Archives Canada, 2012, tradução nossa).

A classificação por funções é apresentada como um grande avanço na racionalização e organização dos acervos arquivísticos, contudo, caso se considere em como as agências se relacionam e as mudanças que ocorreram nas administrações públicas e privadas a partir do aparecimento da produção eletrônica de documentos, o uso da classificação funcional provoca um gasto

humano e de recursos elevado, à medida que é necessária a decomposição das competências administrativas em funções, provando-se muitas vezes uma tarefa difícil e desnecessária, uma vez que as pessoas não se relacionam com os documentos de modo "funcional".

Nesse sentido, Foscarini (2009, p. 42, tradução nossa) pondera:

[...] em um ambiente real de trabalho, nem todas as transações administrativas necessariamente geram um processo, como é assumido na BASCS. Alguns escritórios podem achar conveniente devido aos seus negócios, por exemplo, manter todos os documentos originados de um processo, ou até mesmo uma função completa, unidos em uma mesma pasta. [...] Nos locais onde o fluxo de trabalho é objetivo principal para o design da classificação, ao invés da análise dos fluxos documentais ou das necessidades dos usuários, o níveis mais baixos do esquema tendem a tornar-se muito detalhados e causar uma fragmentação excessiva e, como consequência, usuários podem achar a classificação complicada e os arquivistas podem achar difícil mantê-la atualizada.

A classificação por funções foi uma resposta importante à realidade administrativa das décadas de 1970-1990, entretanto, a partir do aumento da produção de documentos em meio eletrônico e, mais ainda, devido ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação, modificou-se a forma como as pessoas se relacionam com os documentos, e houve mudanças na estrutura administrativa das instituições.

A classificação por funções apresenta elementos fundamentais que permeiam todas as atividades arquivísticas, mas é necessário, na atualidade, complementá-la e redefini-la; uma das respostas possíveis para tal é a classificação por séries e a classificação pelo item documental.

4 A CLASSIFICAÇÃO POR SÉRIES E POR ITENS: DESAFIOS PARA A DISCIPLINA

Paralelamente ao desenvolvimento da classificação funcional, em meados da década de 1960 inicia-se na Austrália o que mais tarde ficaria conhecido como o sistema de série ou o sistema australiano de classificação.

O artigo inicial desse movimento, publicado em 1966, intitulado *The record group concept: a case for abandonment* contra-argumentava o uso do conceito Jenkinsoniano de grupo nos arquivos australianos e identificava como "alguns problemas australianos", o que, na verdade, tem sido parte dos problemas centrais em classificação arquivística desde a década de 1950.

Scott (1966), basicamente, percebe que o uso do conceito de grupo não auxiliava na identificação da proveniência e ordem original dos documentos e acaba por distorcê-la, uma vez que identifica a estrutura do órgão como mais importante que a relação entre os documentos. Scott cria uma nova perspectiva para a classificação e arranjo dos documentos, tendo por base o estudo do contexto, ou seja, a inter-relação entre os documentos é mais importante do que a estrutura.

É claro que Scott permanece atrelado aos inventários e planos de classificação desenvolvidos para os documentos em papel, contudo, sua perspectiva é tão revolucionária quanto a crítica feita por Terry Cook, na década de 1990, ao conceito de fundo.

A partir dessa publicação, irá desenvolver-se na Austrália, sistematicamente, uma abordagem em classificação que coloca a série como o fundamento principal para a atividade. Primeiramente, na década de 1980, ainda nos documentos em papel e, a partir da segunda metade da década de 1990, para a web, que mais tarde irá ser utilizada internacionalmente, especialmente nos países falantes de inglês.

Com o mesmo espírito inovador de sua época, é necessário hoje rever-se como se constroem os planos de classificação e como se compreende esses conceitos.

Uma das respostas possíveis tem relação com o sistema de série, uma vez que esse simplifica a abordagem e o arquivista passa a dar mais importância ao conjunto de documentos e suas relações administrativas, e não à estrutura ou à decomposição da atividade administrativa em processos ou funções.

Assim, como o movimento de Scott foi/é fundamental para a renovação em classificação, é necessária na atualidade a reinvenção da área para o trabalho com os documentos digitais, já que "os princípios nucleares da arquivística serão preservados somente descartando muitas de suas interpretações tradicionais e implementações práticas" (COOK, 1997, p. 42, tradução nossa).

Nesse sentido, a classificação por item pode ser uma das respostas para a realidade documental dos arquivos na atualidade, buscando criar metadados, ou seja, "classes" que contenham um conjunto de informações válidas para o usuário. Os sistemas de classificação passariam a ser centrados nos documentos e centrados nas relações que se estabelecem entre o documento e seus usuários, e o arquivista seria o responsável por formular e reformular essa relação, a partir da criação dos Metadados relacionados àquele documento e, mais ainda, nesse cenário a contribuição dos usuários – quer sejam eles da administração ou usuários gerais, seria fundamental para a construção dessas classificações.

Alguns pesquisadores como Yekel (2011) refutam a possibilidade de relacionar metadados criados por usuários nos sistemas desenvolvidos pelos arquivistas, mas na perspectiva de Bak (2012) tais informações devem ser levadas em consideração, uma vez que essa cooperação é o ingrediente básico para enriquecer o valor dos metadados construídos pelos arquivistas.

Tais informações são, na verdade, parte de uma possível reconfiguração da providência e ordem original, já que, além do apoio e técnicas existentes na classificação por série, por exemplo, o arquivista passa a complementar o sistema de classificação com conteúdos que pode ser amigáveis aos usuários facilitando não só o acesso, mas também, auxiliando de modo mais contundente a administração que os produziu.

A gestão por meio do item pode produzir ferramentas mais analíticas não só para a classificação, mas também para a descrição dos documentos, possibilitando o uso das ferramentas existentes na web na atualidade, *liking*, *tagging*, blogs, relacionados a essa série ou a um determinado processo.

É óbvio que esse processo encontra-se ainda em construção, e ainda é muito cedo para dizer exatamente como irá funcionar, mas não podemos perder de vista que se busca uma reconfiguração da área, não um abandono de conceitos fundamentais para a configuração dos arquivos e das inter-relações entre os documentos.

Como pondera Nesmith (2002), os documentos são continuamente moldados e remoldados pelos sistemas de gestão no qual se encontram, a discussão ainda encontra-se no início, mas é preciso alertar que não se pode adequar a sociedade às teorias, mas as teorias têm que se adequar à sociedade, uma vez que a arquivística faz parte de um universo científico que deve responder a necessidades práticas, não dos arquivistas, mas da sociedade.

Fica claro que os problemas da atualidade na esfera prática e teórica da arquivística não estão sujeitos só a suas relações internas. Respeitando-se as especificidades de cada área, é chegado o momento de uma maior relação prática e teórica entre as bibliotecas, os arquivos e museus, e menos institucional.

5 CONSIDERAÇÕES

Buscou-se, com este artigo, discutir aspectos históricos e teóricos da criação e percurso da classificação arquivística enquanto teoria e prática, à medida que ela é uma das atividades fundamentais para a organização de arquivos.

A fim de condensar e representar graficamente o percurso da classificação na arquivística, elaborou-se o seguinte quadro.

Quadro 1 – **Percurso da noção de classificação**

Autor	Noção de classificação	Classes
Muller, Feith e Fruin (1898)	Ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu. (MULLER, FEITH e FRUIN, 1973, p. 44)	Fundo
FOSCARINI, 2006 (referente à prática prussiana do início do século XX)	[...] todos os papéis, independente do seu estado de transmissão, forma ou valor, relacionado ao mesmo assunto, ou a uma atividade ou procedimento serão colocados em unidades lógicas – ‘dossiês’ ou processos – que serão reunidos organicamente ou em sua homogeneidade. (FOSCARINI, 2006, p. 189, tradução nossa)	Fundo Processos
JENKINSON, 1922	O grupo de arquivo é definido como os arquivos resultantes do trabalho de uma administração que foi um todo orgânico, completo em si mesmo, capaz de ser lidado independentemente. (JENKINSON, 1922, p. 85, tradução nossa)	Fundo Grupo de Arquivo
SCHELLENBERG, 2003 (décadas de 1960-1970)	Separa-se em funções típicas de documentos em fase ativa e fase semiativa e inativo (classificação para ativo/arranjo para os demais).	Fundo Grupo de Arquivo Série
SABOURIN, 2001	A função é (1) qualquer propósito de alto nível, responsabilidade, tarefa ou atividade que é endereçada a uma agenda de planejamento de uma instituição por legislação, política ou comitê; (2) tipicamente funções comuns administrativas ou operacionais relacionadas ao desenvolvimento de programas ou entrega de bens e serviços (3) um conjunto de séries de atividades (de maneira geral, um processo de negócio) que ocorre de acordo com uma sequência descrita, que resulta em uma instituição ou indivíduo produzindo o resultado esperado em bens ou serviços no que foi planejado ou delegado a fazer.	Fundo Grupo Subgrupo Série Subsérie Processos e/ou Dossiês

Fonte: Elaborado pelos autores.

A prática brasileira, se comparada com a que foi apresentada neste artigo, encontra-se distante do que tem sido discutido e pensado internacionalmente, uma vez que os planos de classificação brasileiros pouco refletem a realidade dos arquivos para os quais foram desenvolvidos e muitas vezes esterilizam a organização e dificultam a avaliação dos documentos.

A classificação é uma atividade gerencial e de planejamento não só para os arquivos, mas para as administrações que geraram os documentos. Assim, a construção do plano de classificação deve contemplar as relações entre os documentos, mas não só essas, também, as relações entre os documentos e as pessoas, assim, o sistema de classificação se tornaria uma ferramenta útil e facilitadora da descrição e avaliação dos documentos.

Discutiu-se de maneira panorâmica as abordagens existentes nas teorias e práticas de classificação aplicadas no Canadá e Austrália, porque atualmente esses dois países são responsáveis pela renovação teórica na disciplina, não só na classificação, mas também na descrição e avaliação.

Deve-se aprender com os erros desses países para não cometê-los no Brasil já que, não só a quantidade de arquivistas, mas o interesse dos órgãos públicos e privados na atuação desses profissionais tem aumentado no país.

É necessário iniciar a discussão de novos princípios e parâmetros de atuação e revisão das noções e conceitos utilizados na classificação arquivística, já que a realidade documental e administrativa da atualidade já não é mais aquela do funcionalismo da década de 1990 ou da revolução do uso de *desktops* em ambientes administrativos, passa-se hoje por um novo momento na produção de documentos com o uso massivo e irreversível das tecnologias multimídia e de cooperação virtual por meio de redes sociais, blogs e uma gama diversa de ambientes e plataformas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.

BAK, G. Continuous classification: capturing dynamic relationship among information resources. **Archival Science**, v.12, n. 2, s/p, 2012 (preprint).

BROTHMAN, B. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation. **Archivaria**, v. 61, Spring, 2006, p. 235-269.

CANADA. Library And Archives Canada. **Business Activity Structure Classification System (BASCS)**: Disponível em: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/007/002/007002-2089-e.html>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

COOK, T. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. **Archivaria**, v. 35, Spring, p. 24-37, 1993.

COOK, T. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. **Archivaria**, v. 43. Spring, 1997, p. 18-63.

COOK, T. Fashionable Nonsense or professional rebirth: postmodernism and practices of archives. **Archivaria**, v. 51, Spring, p. 14-35, 2001.

COOK, T. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, n. 1, 2001, p. 3-24.

DURANTI, L. The archival bound. **Archival and Manuscripts info**, v. 11 p. 213-218.

DURANTI, L. *et al.* **Preservation of the integrity of electronic records**. Boston : Kluwer Academic Publishers, 2002.

EASTWODD, T. What is archival theory and why is it important? **Archivaria**, v. 37, p. 122-130, 1994.

EASTWOOD, T. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. **Archivaria**, v. 50, Fall, p. 93-116, 2000.

FOSCARINI, F. Records classification and functions: an archival perspective. **Knowl. Org.** v. 33, n. 4, p. 188-198, 2006.

FOSCARINI, F. **Functional-based classification systems**: an exploratory study of records management practices in central banks. 2009, 349 f., Phd Thesis (Doctor Of Philosophy) – Library, Archival and Information Studies Course, University Of British Columbia, Vancouver, 2009.

JENKINSON, H. **A manual of archive administration**: including the problems of war archives and archive making. Oxford: The Clarendon Press, 1922.

JENKINSON, H. **Selected writings of sir Hilary Jenkinson**. Gloucester: Alan Sutton, 1980.

HEREDIA HERRERA, A. **Archivística general**: teoría y práctica. Sevilla: Disputación de Sevilla, 1995.

HORSMAN, P.; KETELAAR, E.; THOMASSEN, T. New respect for the old order: the context of the dutch manual. **American**

Archivistic, n. 66, Winter/Spring, 2003, p. 249-270.

HURLEY, C. What, if anything, is a function? **Archives and Manuscripts**, v. 21, n. 2, p. 208-220, 1993.

HURLEY, C. Ambient Functions: Abandoned Children to Zoos. **Archivaria**, v. 40, Fall, p. 21-39, 1995.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR
STANDARDIZATION. 15489-1 Information and documentation:
records management, 2001.

NESMITH, T. Seeing archives: postmodernism and the changing intellectual place of archives. **American Archivist**, v.65, n. 2, p. 24-41, 2002.

ORR, S. A. **Functional-based classification of records**: is it functional? 2005, 170 f., MA Thesis (Mestrado) – Master of Science in Records Management Course, Northumbria University, Newcastle, 2005.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. *In*: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e Representação do Conhecimento**. Brasília: Thesaurus, 2003, p. 240-269.

SABOURIN, P. Constructing a functional-bases records classification system: business activity structure classification system. **Archivaria**, n. 51, p. 137-154, 2001.

SCHELLENBERG, T. R. European practices in arranging records. **National archives staff information circular**, n. 5, 1939.

SCHELLENBERG, T. R. **Modern Archives**: principles & techniques. Chicago: Society of American Archivists, 2003.

SHEPHERD, E. & YEO, G. **Managing records**: a handbook of principles and practice. London: Facet, 2003.

YAKEL, E. Archival Representation. **Archival Science**, n. 3, p. 1-25, 2003.

YAKEL, E. Who represents the past? Archives, records and social web. In: COOK, Terry (Ed.). **Controlling the past**: documenting society and institutions. Chicago: Society of American Archivists, p. 257- 278, 2011.

FROM THE BIOLOGICAL CLASSIFICATION TO THE DIGITAL CLASSIFICATION: RENOVATION PERSPECTIVES IN ARCHIVAL CLASSIFICATION

Abstract: The Archival classification is rated as one of the most fundamental and most difficult activities to achieve in practice, since the area has no clear parameters for its execution. Always been linked, in some way, to the principles of provenance and original order. During its theoretical development, was initially linked to a naturalistic perspective and related to biological classification of the nineteenth century. Years later, it begins a long process of redefining and refutation of this view, with the creation of classification schemes, by structural and functional perspectives with a relation with the institution administration, and at the present time, the classifications based in the series system and in a glimpse of a item-level classification. In this sense, this article seeks to trace the historical and conceptual framework of archival classification, by analysis of the major theoretical contributions of the past and of present, especially the authors responsible for the enunciation and crystallization of the classification concepts. The aim is also to build a theoretical background of the authors who today seek to redefine and rearrange theoretical concepts and practices related to this activity. Signaling on theoretical and practical horizon the new approaches to classification.

Keywords: Classification. Functional Analysis. Series System. Item-level Classification.

Originals recebidos em: 01/12/2012

Aceito para publicação em: 22/04/2013

Publicado em: 28/06/2013